

# LEGALIZAÇÃO DE TERRA

Deputado José Edmar apresenta projeto de lei para regularizar a Estrutural, maior invasão do Distrito Federal. No local, moram mais de cinco mil famílias. O parlamentar já sofreu duas derrotas em tentativas anteriores na Câmara Legislativa

# De invasão a cidade

Rovênia Amorim  
Da equipe do **Correio**

**A**delita Tavares mora há nove anos na maior invasão do Distrito Federal. Na última quarta-feira, ela estava no meio da multidão que ouviu o discurso enigmático do governador Joaquim Roriz sem entender nada. “Estou para levantar o braço e proclamar que conquistamos o impossível”, declarou Roriz. A moradora da Estrutural, de 35 anos, concluiu que o governador falava da regularização da favela que surgiu há mais de 20 anos e sobreviveu a repetidas operações de desmonte.

A suspeita da moradora foi confirmada ontem por José Edmar. O deputado distrital do PMDB, que já foi líder do governo na Câmara Legislativa, apresentou projeto de lei que transforma a invasão da Estrutural em Zona Habitacional de Interesse Social. Ou seja, regulariza-a. “Não quero dizer o que vou fazer agora, mas jamais termi-

Fotos: Carlos Moura



MORADORES SUBSTITUÍRAM BARRACOS POR CASAS DE ALVENARIA, LEVANTADAS EM ÁREAS SEM SANEAMENTO

narei o governo sem dar uma solução definitiva a vocês”, prosseguiu Roriz, durante a inauguração de uma passarela sobre a

movimentada via Estrutural.

Antes do discurso, o governador já havia conversado com José Edmar. Foi informado sobre o

projeto de lei e convencido das chances legais de consolidar a invasão, onde moram mais de cinco mil famílias. “Quero dizer

a vocês que as lágrimas de José Edmar, a sua emoção, não serão em vão. Vou voltar logo aqui. Hoje vim trazer uma palavra de fé e esperança para vocês”, prometeu, por fim, Roriz.

José Edmar já sofreu duas derrotas em tentativas anteriores de ver aprovada a Cidade Estrutural — em 1995, no governo Cristovam Buarque, e em abril de 1999, no governo Roriz. Agora, anima-se mais uma vez. O deputado assegura-se no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001 e Medida Provisória 2.220), em vigor desde outubro. “A lei federal traz o reconhecimento de uma ocupação histórica”, comemora José Edmar, que tem na invasão da Estrutural o seu principal reduto eleitoral.

O deputado pretende incluir o projeto na pauta de votação da próxima semana. Mas haverá polêmica. Ambientalistas, promotores, arquitetos e deputados de oposição afirmam que a Estrutural não pode ser legalizada com base no Estatuto das Cidades.

## Resistência à idéia

O projeto de lei apresentado por José Edmar permite a permanência do invasor na Estrutural, desde que more no barraco há pelo menos cinco anos e não seja proprietário de outro terreno no DF. O lote, situado em área pública, não será vendido, e a ocupação autorizada mediante título de concessão de uso especial para fins de moradia. Na avaliação de especialistas, as duas exigências simplificam demais a regularização de uma área com complicações jurídicas e ambientais.

O Estatuto da Cidade permite a legalização de invasões em áreas públicas, mas desde que os terrenos não tenham sido alvo de disputa na Justiça, nos últimos cinco anos — de 1996 até 30 de junho de 2001. O projeto prevê essa ressalva no artigo 4º, mas apenas para lotes comerciais e institucionais. Deixa de fora, os terrenos ocupados pelos barracos que resistiram às várias operações de derrubada em 1998, no governo Cristovam Buarque. Moradores entraram com ação na Justiça pedindo liminar para permanecer no local.

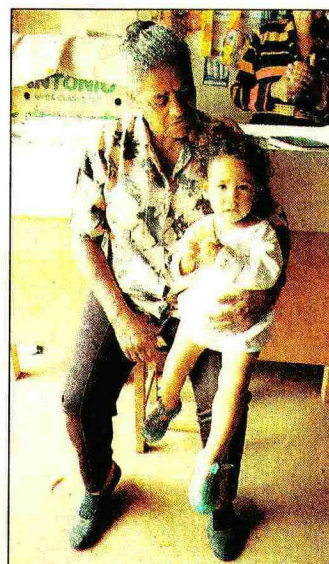
“Houve oposição do poder público e de setores da sociedade. É complicado legitimar a invasão da Estrutural somente usando o Estatuto das Cidades como pretexto”, afirma o deputado Wasny de Roure. “É preciso que o governo Roriz tenha posição política mais objetiva. Seria mais honesto”, argumenta. Uma solução clara para a favela é algo que o governador ainda não anunciou. Pelo contrário, nesses três anos de governo, as famílias nunca tiveram certeza do destino delas.

Na primeira visita que fez à Estrutural, logo depois da eleição, Roriz prometeu remover as famílias para Samambaia. Em vez de lotes, receberiam apartamentos populares. A boa notícia serviu para amenizar o desgaste político do governador por ter vetado projeto de lei de José Edmar de criar uma Vila Operária. A proposta de remo-

ção não entrou mais nos discursos do governador.

O tempo passou e outras ações de Roriz deram a entender que a invasão ficaria mesmo onde está. Em junho de 1999, a CEB instala postes de luz. As famílias se animam. Começa a melhoria dos barracos, que deixam de ser de madeirites. As paredes agora são de tijolos e cimento. Surgem supermercados e igrejas. “Depois de tantos anos aqui não é possível que não vou poder ficar”, diz a baiana Ana Barbosa Magalhães, 59. Em 1974, ela tirava o sustento do lixo.

Em março deste ano, o governador nomeia o morador Orison Ramalho como gerente de Estudos e Controle da Expansão da Estrutural. Uma bobagem. A invasão já estava inchada. Quando Roriz assume o governo, herda a



A PIONEIRA ANA MAGALHÃES BRIGA PELO DIREITO DE FICAR NA INVASÃO

dem urbanística e meio ambiente no Ministério Público. “É absurda qualquer tentativa de legalização da Estrutural. Se isso acontecer, vamos entrar com ação civil pública”, avisa César do Espírito Santo, secretário-executivo do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno.

“Regularizar um assentamento dentro da área do entorno do Parque Nacional é mais um atentado contra o meio ambiente”, diz a promotora Juliana Santilli. Os ambientalistas alegam que a ocupação urbana nos arredores do parque contamina nascentes e o lençol freático. O projeto de José Edmar terá também a antipatia do empresariado de Brasília. “A Estrutural deve ser removida e a área destinada a ampliação do Setor Complementar de Indústria”, defende Lourival Dantas, presidente da Fibra.

## LINHA DO TEMPO

### DEZEMBRO DE 1994

A invasão da Estrutural reúne pessoas que sobrevivem da venda de papelão, plástico, garrafas e latinhas de alumínio recolhidas do lixo. Joaquim Roriz deixa o governo sem remanejar 528 famílias que moram na favela. Em 1991, eram apenas 90 famílias.

### DEZEMBRO DE 1995

Começam os problemas do governo petista com os moradores da Estrutural. Cristovam veta a criação da Cidade Estrutural, já aprovada pela Câmara Legislativa. Mas a invasão só cresce.

### AGOSTO DE 1998

Depois das tentativas de retirar a invasores, o GDF ordena uma operação de desarmamento dos moradores — a Operação Tornado. Um policial militar é morto e cinco pessoas da comunidade são executadas.

### 1º DE JANEIRO DE 1999

Moradores da Estrutural vão até o Palácio do Buriti comemorar a posse do governador Joaquim Roriz. Enfileiram seis caixões, lembrando as vítimas da PM, durante a Operação Tornado.

### FEVEREIRO DE 1999

A maior favela do Distrito Federal cresce ainda mais depois da posse de Roriz. PMs que trabalhavam no local não têm ordem para fiscalizar a entrada de madeirite.

### MARÇO DE 1999

Os invasores comemoram a aprovação, pela Câmara Legislativa, do projeto do deputado José Edmar (PMDB) que cria a Vila Operária.

### ABRIL DE 1999

Joaquim Roriz veta a Vila Operária, que permitiria a criação de 2 mil lotes na Estrutural. No dia 1º de maio, ele vai pessoalmente à invasão explicar a decisão. É recebido por mais de mil invasores, que ouvem do governador a promessa de receber habitações populares.

### MAIO DE 1999

Começa o cadastramento das famílias que moram na Estrutural. A idéia é transferi-las para apartamentos de 40 a 60m² em outras regiões, como Samambaia. O GDF promete construir 10 mil unidades habitacionais e conseguir R\$ 100 milhões para realizar o projeto dos apartamentos populares.

### JUNHO DE 1999

A CEB inicia a instalação de postes de iluminação na favela. As famílias passam a ter energia elétrica nos barracos. A invasão volta a crescer.

### EM 2000

Já são mais de 5 mil famílias na Estrutural. Elas acreditam na fixação. Os barracos de madeirite dão lugar a casas de alvenaria. A favela consolida-se.